Alerta Legislação nº 47, de 21 a 26 nov. 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 62.274, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre a desvinculação de receitas de que trata a Emenda Constitucional nº 93, da Constituição Federal

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
25/11/2016	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.914, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Institui o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.915, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera a vigência dos convênios e dos contratos de repasse, com execução de objeto iniciada, celebrados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal com os órgãos e as entidades da administração pública municipal.</p> <p><u>DECRETO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 1.820.499.817,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.</p>
24/11/2016	<p><u>LEI Nº 13.362, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.</p> <p><u>LEI Nº 13.361, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a</p>

	<p>cooperação federativa no âmbito da segurança pública</p> <p><u>DECRETO Nº 8.913, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando do Exército, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>
<p>23/11/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 8.912, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2278 (2016), de 31 de março de 2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o embargo de exportação de petróleo ilícito da Líbia.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.911, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Alexandre de Gusmão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.910, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.909, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.908, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Promulga o Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS - 4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, firmado em Brasília, em 19 de maio de 2015.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.907, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprova o IX Plano Setorial para os Recursos do Mar.</p>
<p>22/11/2016</p>	<p><u>DECRETO Nº 8.906, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, quanto à Presidência da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX</p>

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abasteciment o (MAPA)	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Incorporar ao ordenamento jurídico brasileiro os Requisitos Fitossanitários para Pinus ssp. (Pinus) segundo País de Destino e Origem para os Estados Partes, aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES. Nº 24/16, que consta como Anexo da presente Instrução Normativa. (...)</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco da Praga Anastrepha grandis em cultivos de cucurbitáceas nos Municípios de Apodi e Governador Dix-Sept Rosado, no Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga. (...)</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5.399, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar, nos termos do art. 12 do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, as normas complementares que disciplinam o processo de escolha e indicação dos representantes da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br para o processo eleitoral de 2016. (...)</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5.369, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprova o projeto da empresa DFCHIP SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA. para fins de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS).</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Baixa o Capítulo "Procedimentos – Roedores e Lagomorfos mantidos em instalações de instituições de ensino ou pesquisa científica" do Guia Brasileiro de Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica.</p>
Ministério da Defesa (MD)	<p>COMANDO DA MARINHA (CM) → Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 357/MB, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u></p>

	<p>Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil (MB).</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 208, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Outorga do Prêmio Capes/Natura-Campus de Excelência em Pesquisa - Edição 2015, referente a artigos defendidos em 2014 e 2015.</p> <p><u>PORTARIA Nº 204, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a criação do Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas para seleção de propostas no âmbito da Capes e aprova o Regulamento do Programa.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Departamento de Organização do Sistema Financeiro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.788, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Passam a vigorar, para fins de instrução de processos de eleição ou nomeação para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio, cooperativas de crédito e instituições de pagamento, os modelos de documentos a seguir indicados, que se encontram disponíveis no Manual de Organização do Sistema Financeiro (Sisorf): (...)</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.813, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera as Circulares nºs. 3.690 e 3.691, ambas de 16 de dezembro de 2013, quanto à conversão em reais dos gastos realizados em moeda estrangeira por meio de cartões de crédito de uso internacional e à forma de pagamento de operações com o exterior.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>ATO COTEPE/MVA Nº 24, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.673, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos.</p>

	<p><u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 12, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre a Renda nas aplicações em Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio e Certificado de Recebíveis do Agronegócio</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.672, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Estabelece critérios para o cumprimento da obrigação de escriturar o Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque integrante da Escrituração Fiscal Digital (EFD) estabelecida pela Instrução Normativa RFB nº 1.652 de 20 de junho de 2016.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.671, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2016 e a situações especiais ocorridas em 2017 (Dirf 2017) e o Programa Gerador da Dirf 2017 (PGD Dirf 2017).</p>
<p>Ministério da Justiça e Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.316, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.315, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.491, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS), a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.484, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho para elaboração de proposta para vigilância e atenção à saúde das crianças com síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.485, DE 16 DE NOVEMBRO E 2016</u> Fixa, para o exercício de 2016, o valor global máximo das deduções do imposto sobre a renda correspondente às doações diretamente efetuadas em prol de ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 2.137, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Institui Grupo de Trabalho para elaboração da proposta de política de gestão de riscos corporativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária</p>

	<p>- Anvisa</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.165, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo território nacional, do Lote 140 (val.: 20/11/2016) do produto CAFÉ TORRADO E MOÍDO, marca RIO PRETO , produzido e envasado pela Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Rio Doce (CNPJ: 23.138.555/0001-08), , localizada a Entrada de Caratinga/Ipanema, Km 01, S/N, Bairro das Graças, Caratinga/MG. (...)</p> <p>→ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.114, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do lote nº CC50539 do medicamento Hormotrop® 12 UI, contendo o Diluente Bacteriostático, lote nº 093269116. (...)</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 1.692, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dermatomiosite e Polimiosite.</p>
Ministério das Cidades (MCidades)	<p>SECRETARIA EXECUTIVA (SE) → Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <u>PORTARIA Nº 223, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre as características para análise e a comparação de material siderúrgico transportado em veículo de carga</p>
Ministério de Minas e Energia (MME)	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 742, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprimora a regulação referente aos investimentos em redes subterrâneas de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 741, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Aprimora a Resolução Normativa no 414/2010 em relação ao fornecimento de energia elétrica aos condomínios industriais.</p>
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 317, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Processo Produtivo Básico para os produtos Suprimentos para Máquinas Copiadoras, Multifuncionais e Impressoras a Laser (NCM - 8443.31 e 8443.32), industrializado na Zona Franca de Manaus</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 316, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Altera o Processo Produtivo Básico para os produtos Suprimentos para Máquinas Copiadoras, Multifuncionais e Impressoras a Laser (NCM -</p>

	8443.31 e 8443.32), industrializado no país.
Ministério da Transparência , Fiscalização e Controladoria -Geral da União - CGU	SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO <u>NORMA DE EXECUÇÃO Nº 1, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º - Ficam instituídos os procedimentos e anexos constantes desta Norma de Execução, que regulamenta a Portaria CGU nº 50.123, de 20 de novembro de 2015. Esta Norma estabelece, de forma detalhada, o processo de elaboração e o conteúdo da Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR - relativa ao exercício de 2016 a ser encaminhada ao Congresso Nacional, com vistas a dar cumprimento ao disposto no inciso XXIV, do art. 84, da Constituição Federal. (...)
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 460 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica instituída a Comissão Nacional de Atletas - CNA, de deliberação colegiada de assessoramento diretamente vinculada ao Ministro de Estado do Esporte, cujos membros têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período. (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1.397, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Estabelece condições especiais de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos nº reservatório Epitácio Pessoa (Boqueirão) e na sua bacia hidráulica e procedimentos pertinentes. <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1.396, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º As captações de águas superficiais localizadas no trecho do Rio Piancó, a jusante do Açude Curema, no trecho do Rio Aguiar, a jusante do Açude Mãe D'Água, e no Rio Piranhas-Açu, no trecho compreendido entre a confluência com o Rio Piancó e o Açude Armando Ribeiro Gonçalves, para quaisquer finalidades, exceto para as finalidades de consumo humano e dessedentação animal, deverão ser imediatamente interrompidas. (...)
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
25/11/2016	<u>DECRETO Nº 62.274, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a desvinculação de receitas de que trata a Emenda Constitucional nº 93, da Constituição Federal

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 73, DE 24-11-2016</u> Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem seguidos pelo Instituto de Pesca para a edição e revisão da lista de espécies alóctones, exóticas e híbridas, cujo cultivo está permitido, e os locais autorizados para o cultivo de cada espécie</p>
Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SS/SDPD - 1, DE 11-11-2016</u> Dispõe sobre a constituição do Comitê Gestor de Rede de Reabilitação "Lucy Montoro", a que se reporta o Artigo 10, do Decreto 61.003, de 19-12-2014, e dá providências correlatas</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 59, DE 22-11-2016*</u> Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014 *(Republicada por conter incorreções.)</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 59, DE 22-11-2016</u> Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31-07-2014</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 89, DE 23-11-2016</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de setembro de 2016</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>DECISÃO NORMATIVA CAT 08, DE 24-11-2016</u> ICMS - Industrialização por conta de terceiro - Operações internas neste Estado de São Paulo - Autor da encomenda que solicita ao fornecedor a entrega direta de insumos no estabelecimento de industrializador e, posteriormente, solicita a este a entrega do produto acabado diretamente no estabelecimento do adquirente - Códigos Fiscais de Operações e Prestações (CFOP's) aplicáveis</p> <p><u>DECISÃO NORMATIVA CAT 07, DE 24-11-2016</u> ICMS - Operações e prestações interestaduais destinadas a contribuinte do ICMS que também desenvolve atividades não sujeitas a esse imposto</p> <p><u>DECISÃO NORMATIVA CAT 06, DE 24-11-2016</u> ICMS - Diferimento do lançamento do imposto incidente nas saídas internas com as mercadorias relacionadas nos incisos VII e VIII do</p>

	<p>artigo 350 do RICMS/2000 com destino a contribuinte que as utilizará exclusivamente como combustível na geração de energia elétrica - Aplicabilidade</p> <p><u>DECISÃO NORMATIVA CAT 05, DE 24-11-2016</u> ICMS - Infrações relativas ao pagamento do imposto - Termo inicial da incidência dos juros de mora - Data de vencimento da obrigação</p> <p><u>DECISÃO NORMATIVA CAT 04, DE 24-11-2016</u> ITCMD - Isenção - Doação realizada por casal ou companheiros na vigência de regime de comunhão parcial ou universal de bens - Ocorrência de apenas um fato gerador</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 92, DE 21-11-2016</u> Estabelece os procedimentos para utilização de áreas do Parque Dr. Fernando Costa, da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente</p> <p>CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA) <u>DELIBERAÇÃO CONSEMA - 27, DE 17-11-2016</u> 348ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema - Manifesta-se favorável ao Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia - APRM-AC</p>
<p>Secretaria de Segurança Pública (SSP)</p>	<p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳↳↳ Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt <u>PORTARIA IIRGD-12, DE 22-11-2016</u> Estabelece nova rotina para o procedimento de Legitimação e identificação à Distância ou presencial</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM - 74, DE 22-11-2016</u> Autoriza integração física e tarifária envolvendo os atendimentos metropolitanos gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A - EMTU/SP, que especifica</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP 92, DE 25-11-2016</u> Altera o anexo da Resolução Unesp 15/2014, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Engenharia de Energia do Campus Experimental de Rosana</p> <p><u>RESOLUÇÃO UNESP 91, DE 25-11-2016</u> Estabelece a estrutura curricular do Curso de Matemática - Licenciatura da Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira</p> <p><u>RESOLUÇÃO UNESP 90, DE 25-11-2016</u> Altera a Resolução UNESP 37/2009, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras do campus de Araraquara</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO UNESP-89, DE 24-11-2016</u> Estabelece padrão para afiliação institucional da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" em todas as publicações científicas nacionais e estrangeiras</p> <p><u>PORTARIA UNESP-462, DE 23-11-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos para cadastramento, trâmite de aprovação e critérios de avaliação para Eventos de Extensão Universitária da Unesp</p> <p><u>PORTARIA UNESP-461, DE 23-11-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos para cadastramento, trâmite de aprovação e critérios de avaliação para Projetos de Extensão Universitária da Unesp</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>26/11/2016</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 855, DE 2016</u> Dispõe sobre o reajuste automático dos valores repassados às Organizações da Sociedade Civil, por meio de termos de colaboração e de fomento, convênio ou outros termos de parcerias celebradas com a Administração Pública Estadual, e dá outras providência DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2016</u> Autoriza o Governo do Estado a implantar Centros de Alta Resolutividade (CARE) - nos moldes do implantado no Hospital Pérola Byington - para o diagnóstico do câncer de mama em hospitais regionais estratégicos. DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão de curso de culinária saudável aos pais dos alunos matriculados nas unidades da rede estadual. DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 852, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de venda de ingressos à distância disponibilizarem número de telefone do Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC para atendimento aos consumidores no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 851, DE NOVEMBRO DE 2016</u> Prorroga, para o exercício financeiro de 2017, os efeitos da Lei nº 16.090, de 08 de janeiro de 2016, que fixa o subsídio dos Deputados Estaduais DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 850, DE NOVEMBRO DE 2016</u> Prorroga, para o exercício financeiro de 2017, os efeitos da Lei nº 15.685, de 14 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado DOE, Legislativo, 26/11/2016, p. 7</p>

25/11/2016	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 847, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar unidade do Departamento Estadual de Trânsito (Detran.SP) na Cidade de Pitangueiras. DOE, Legislativo, 25/11/2016, p. 9</p>
24/11/2016	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 845, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus intermunicipais possuírem motoristas ou cobradores habilitados para prestar o atendimento de primeiros socorros. DOE, Legislativo, 24/11/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 843, DE 2016</u> Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a criar o "Programa Impulso" para a Baixada Santista e o Vale do Ribeira. DOE, Legislativo, 24/11/2016, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 842, DE 2016</u> Dispõe sobre a inclusão da expressão "portador de epilepsia" ou "alérgico" na Carteira de Identidade e na Carteira Nacional de Habilitação. DOE, Legislativo, 24/11/2016, p. 10</p>
23/11/2016	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 840, DE 2016</u> Determina o cancelamento automático da prestação de serviços de passe livre em pedágios e estacionamentos, de televisão por assinatura, de telefonia móvel e de serviços de internet nos casos de inatividade do uso por período superior a noventa dias consecutivos, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 23/11/2016, p. 12</p>
22/11/2016	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 43, DE 2016</u> Inclui os parágrafos 6º, 7º e 8º, no artigo 1º da Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS" DOE, Legislativo, 22/11/2016, p. 10</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2016</u> Dispõe sobre reconhecimento e titulação de NOTÓRIO SABER para os cargos de Professores no Estado de São Paulo e fixa outras providências. DOE, Legislativo, 22/11/2016, p. 10</p>

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
25/11/2016	<p><u>DECRETO Nº 57.470, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Denomina os logradouros que especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.469, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre permissão de uso, à Associação de Moradores, Colaboradores e Amigos da Ponte Rasa e Adjacências – AMCAPRA, a título precário e gratuito, de área municipal situada na Rua Bartolomeu Soares, nº 131, Distrito de Ponte Rasa.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107